

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO
DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros da
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Campo Grande - MS

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

A Administração não realizou a revisão da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, respectivamente dispostos nas Notas Explicativas nºs 9 e 10, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 - Ativo intangível. Desta forma, não foi possível concluir sobre possíveis ajustes e seus reflexos no ativo, patrimônio líquido e resultado na data-base de 31 de dezembro de 2019.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui registrado o montante de R\$ 41.816 mil referente à "Fornecedores e empreiteiros", deste montante R\$ 18.600 mil referem-se à títulos a faturar. Até o término de nossos trabalhos não nos foi apresentado controles auxiliares/financeiros analíticos dos títulos a faturar. Desta forma, não foi possível concluir sobre o montante de títulos a faturar nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstração dos valores adicionados

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis originalmente apresentadas da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 08 de fevereiro de 2019, sem ressalvas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 07 de fevereiro de 2020.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Balancos patrimoniais (reapresentado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido					
	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)		Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.328	2.800	3.056	Fornecedores e empreiteiros	11	41.816	33.917	33.047
Aplicações financeiras	5	10.486	24.112	39.776	Empréstimos e financiamentos	12	12.920	11.488	14.558
Contas a receber	6	84.667	94.104	95.027	Obrigações trabalhistas	13	24.763	23.434	22.285
Estoques	7	13.995	10.872	10.238	Impostos e contribuições		7.671	7.157	6.366
Impostos a recuperar		2.393	8.018	1.707	Parcelamento tributos e contribuições sociais		-	1.226	1.441
Outros créditos		1.021	1.188	969	Juros sobre capital próprio	14	-	12.426	7.554
		<u>116.890</u>	<u>141.094</u>	<u>150.773</u>	Outras contas a pagar		3.121	3.625	2.920
							<u>90.291</u>	<u>93.273</u>	<u>88.171</u>
Não circulante				Não circulante					
Depósitos judiciais		3.018	2.821	3.274	Empréstimos e financiamentos	12	168.144	122.253	102.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	20.699	25.410	31.171	Contingências	15	12.261	17.511	38.817
Ativo financeiro	9	-	-	-	Outras contas a pagar		815	1.105	-
		<u>23.717</u>	<u>28.231</u>	<u>34.445</u>			<u>181.220</u>	<u>140.869</u>	<u>142.354</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido					
Intangível	10	63.804	65.047	63.219	Capital social	17.a	662.426	650.000	590.000
		<u>881.639</u>	<u>760.827</u>	<u>689.476</u>	Reserva de lucros	17.b	152.113	111.057	117.388
		<u>945.443</u>	<u>825.874</u>	<u>752.695</u>			<u>814.539</u>	<u>761.057</u>	<u>707.388</u>
Total do ativo		<u><u>1.086.050</u></u>	<u><u>995.199</u></u>	<u><u>937.913</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.086.050</u></u>	<u><u>995.199</u></u>	<u><u>937.913</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANES

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	18	560.918	506.103
Custo de operação e manutenção	19	(313.444)	(282.912)
Lucro bruto		247.474	223.191
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais		(10.065)	(9.328)
Despesas administrativas	20	(130.429)	(91.921)
Outras receitas e despesas		1.338	(3.285)
		(139.156)	(104.534)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		108.318	118.657
Resultado financeiro líquido		(1.622)	(499)
Resultado antes dos impostos		106.696	118.158
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	8	(18.539)	(16.906)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	8	(4.711)	(5.761)
		(23.250)	(22.667)
Lucro líquido do exercício		83.446	95.491
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,29	0,34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	83.446	95.491
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>83.446</u>	<u>95.491</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	<u>83.446</u>	<u>95.491</u>
	<u><u>83.446</u></u>	<u><u>95.491</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Incentivo	Legal	Para investimento		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	590.000	2.903	31.519	82.966	-	707.388
Aumento de capital	60.000	-	-	(52.446)	-	7.554
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.491	95.491
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(49.376)	(49.376)
Reserva de incentivo fiscal	-	964	-	-	(964)	-
Reserva legal	-	-	4.775	-	(4.775)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	40.376	(40.376)	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	650.000	3.867	36.294	70.896	-	761.057
Aumento de capital	12.426	-	-	-	-	12.426
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.446	83.446
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(42.390)	(42.390)
Reserva de incentivo fiscal	-	1.397	-	-	(1.397)	-
Reserva legal	-	-	4.172	-	(4.172)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	35.487	(35.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	662.426	5.264	40.466	106.383	-	814.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	83.446	95.491
Ajustes para		
Amortizações do intangível	26.979	25.769
Depreciações	6.372	6.004
Provisão para perdas esperadas	34.456	18.105
Custo alienação do intangível	484	1.139
Custo alienação do imobilizado	127	229
Provisão para contingências	(5.250)	(21.306)
Juros do parcelamento tributários e contribuições sociais	18	68
Impostos diferidos IR/CSLL	4.711	5.761
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	13.401	10.200
	<u>164.744</u>	<u>141.460</u>
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(25.019)	(17.182)
Estoques	(3.123)	(634)
Impostos e contribuições a recuperar	5.625	(6.311)
Depósitos judiciais	(197)	453
Outros créditos	167	(219)
	<u>(22.547)</u>	<u>(23.893)</u>
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores e empreiteiros	7.899	870
Obrigações trabalhistas	1.329	1.149
Impostos e contribuições	514	791
Parcelamento tributos e contribuições sociais	(1.244)	(1.468)
Outras contas a pagar	(794)	1.810
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(13.073)	(10.083)
	<u>(5.369)</u>	<u>(6.931)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>136.828</u>	<u>110.636</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	13.626	15.664
Intangível	(148.275)	(98.259)
Imobilizado	(5.256)	(8.061)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(139.905)</u>	<u>(90.656)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	12.426	7.554
Juros sobre capital próprio	(54.816)	(44.504)
Financiamentos obtidos para obras	55.279	26.950
Amortizações de financiamentos para obras	(8.284)	(10.236)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>4.605</u>	<u>(20.236)</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.528</u>	<u>(256)</u>
Caixa e equivalente no início do exercício	2.800	3.056
Caixa e equivalente no final do exercício	4.328	2.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Receitas operacionais	618.075	558.164
Provisão para perdas esperadas	(34.456)	(18.105)
Outras receitas	1.338	(3.285)
	<u>584.957</u>	<u>536.774</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(5.450)	(5.068)
Outros materiais consumidos	(32.846)	(28.889)
Energia elétrica	(62.675)	(53.423)
Serviços de terceiros contratados	(119.996)	(106.745)
Outras despesas operacionais	(5.927)	11.899
	<u>(226.894)</u>	<u>(182.226)</u>
Valor adicionado bruto	<u>358.063</u>	<u>354.548</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(26.979)	(25.769)
Depreciações	(6.372)	(6.004)
	<u>(33.351)</u>	<u>(31.773)</u>
Valor adicionado líquido	<u>324.712</u>	<u>322.775</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.632	5.112
Valor adicionado total a distribuir	<u>328.344</u>	<u>327.887</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	133.450	126.713
Honorários da diretoria e conselhos	1.710	1.204
Programa de participação nos resultados	2.900	2.155
	<u>138.060</u>	<u>130.072</u>
Governos		
Tributos federais	90.247	85.009
Tributos federais diferidos	4.711	5.761
	<u>94.958</u>	<u>90.770</u>
Financiadores		
Aluguéis	6.626	5.943
Encargos financeiros	5.254	5.611
	<u>11.880</u>	<u>11.554</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	42.390	49.376
Lucros retidos do exercício	41.056	46.115
Valor total	<u>328.344</u>	<u>327.887</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, localizada à rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao saneamento básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais.

As operações da Companhia são representadas pelas seguintes concessões:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	16 de julho, 2002	16 de julho, 2022	20	2,5
Alcinópolis	21 de março, 2011	21 de março, 2041	30	21,2
Amambai	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Anastácio	4 de novembro, 2008	4 de novembro, 2038	30	18,8
Anaurilândia	22 de maio, 2019	22 de maio, 2049	30	29,3
Angélica	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Antônio João	3 de agosto, 2011	3 de agosto, 2041	30	21,6
Aparecida do Taboado	5 de julho, 2000	5 de julho, 2020	20	0,5
Aquidauana	15 de agosto, 2011	15 de agosto, 2041	30	21,6
Aral Moreira	23 de março, 2010	23 de março, 2040	30	20,2
Bataguassu	9 de setembro, 2011	9 de setembro, 2041	30	21,7
Bataiporã	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Bodoquena	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Bonito	29 de março, 2016	29 de março, 2046	30	26,2
Brasilândia	21 de dezembro, 2015	21 de dezembro, 2045	30	25,9
Caarapó	16 de maio, 2019	16 de maio, 2049	30	29,3
Camapuã	4 de novembro, 2008	4 de novembro, 2038	30	18,8
Caracol	13 de setembro, 2011	13 de setembro, 2041	30	21,7
Chapadão do Sul	10 de agosto, 2010	10 de agosto, 2040	30	20,6
Coronel Sapucaia	29 de dezembro, 2009	29 de dezembro, 2039	30	19,9
Corumbá	23 de maio, 2019	23 de maio, 2049	30	29,3
Coxim	18 de março, 2004	18 de março, 2024	20	4,2
Deodápolis	15 de dezembro, 2011	15 de dezembro, 2041	30	21,9
Dois Irmãos do Buriti	16 de maio, 2019	16 de maio, 2049	30	29,3
Douradina	15 de maio, 2019	15 de maio, 2049	30	29,3
Dourados	9 de setembro, 2019	9 de setembro, 2049	30	29,7
Eldorado	15 de dezembro, 2011	15 de dezembro, 2041	30	21,9
Fátima do Sul	16 de outubro, 2019	16 de outubro, 2049	30	29,8
Figueirão	20 de maio, 2019	20 de maio, 2049	30	29,3
Guia Lopes da Laguna	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Iguatemi	16 de maio, 2019	16 de maio, 2049	30	29,3

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Inocência	1 de outubro, 2009	1 de outubro, 2039	30	19,8
Itaporã	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Itaquiraí	5 de agosto, 2019	5 de agosto, 2049	30	29,6
Ivinhema	4 de agosto, 2011	4 de agosto, 2041	30	21,6
Japorã	10 de julho, 2019	10 de julho, 2049	30	29,5
Jardim	24 de setembro, 2009	24 de setembro, 2039	30	19,7
Jateí	18 de dezembro, 2008	18 de dezembro, 2038	30	18,9
Juti	26 de junho, 2019	26 de junho, 2049	30	29,4
Ladário	21 de dezembro, 2016	21 de dezembro, 2046	30	26,9
Laguna Caarapã	29 de dezembro, 2009	29 de dezembro, 2039	30	19,9
Maracaju	10 de junho, 2011	10 de junho, 2041	30	21,4
Miranda	23 de setembro, 2014	23 de setembro, 2044	30	24,7
Mundo Novo	29 de dezembro, 2010	29 de dezembro, 2040	30	20,9
Naviraí	21 de dezembro, 2016	21 de dezembro, 2046	30	26,9
Nioaque	4 de novembro, 2008	4 de novembro, 2038	30	18,8
Nova Alvorada do Sul	30 de outubro, 2003	30 de outubro, 2023	20	3,8
Nova Andradina	27 de abril, 2011	27 de abril, 2041	30	21,3
Novo Horizonte do Sul	17 de julho, 2019	17 de julho, 2049	30	29,5
Paranaíba	5 de dezembro, 2008	5 de dezembro, 2038	30	18,9
Paranhos	8 de março, 2012	8 de março, 2042	30	22,2
Pedro Gomes	29 de dezembro, 2009	29 de dezembro, 2039	30	19,9
Ponta Porã	2 de abril, 2012	2 de abril, 2042	30	22,3
Porto Murtinho	30 de maio, 2011	30 de maio, 2041	30	21,3
Ribas do Rio Pardo	15 de dezembro, 2011	15 de dezembro, 2041	30	21,9
Rio Brilhante	29 de dezembro, 2009	29 de dezembro, 2039	30	19,9
Rio Negro	12 de setembro, 2008	12 de setembro, 2038	30	18,7
Rio Verde	11 de março, 2010	11 de março, 2040	30	20,2
Santa Rita do Pardo	25 de junho, 2019	25 de junho, 2049	30	29,4
Selvíria	4 de junho, 2013	4 de junho, 2043	30	23,4
Sete Quedas	10 de julho, 2019	10 de julho, 2049	30	29,5
Sidrolândia	15 de dezembro, 2009	15 de dezembro, 2039	30	19,9
Sonora	11 de julho, 2019	11 de julho, 2049	30	29,5
Tacuru	29 de maio, 2012	29 de maio, 2042	30	22,3
Taquarussu	6 de agosto, 2004	6 de agosto, 2034	30	29,8
Terenos	4 de novembro, 2008	4 de novembro, 2038	30	18,8
Três Lagoas	11 de fevereiro, 2011	11 de fevereiro, 2041	30	21,1
Vicentina	31 de julho, 2019	31 de julho, 2049	30	29,6

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação das demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 07 de fevereiro de 2020.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber (provisão para perdas esperadas);
- Nota 8 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- Nota 9 - Imobilizado (vida útil);
- Nota 10 - Intangível (vida útil);
- Nota 15 - Contingências;

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

2.6. Alterações de práticas contábeis - reapresentação

Adequações ao ICPC Contrato de concessões e OCPC 05

Historicamente, a Companhia tem renovado todos os seus contratos de concessão antes mesmo de sua finalização e nestas negociações não são tratados valores a receber por consequência de ativos financeiros remanescentes, indicando que não há qualquer expectativa de realização de indenização financeira de investimentos realizados e não recuperados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, como parte do processo de refinamento dos controles contábeis e financeiros.

São demonstrados, a seguir, as rubricas contábeis que foram impactadas pela reapresentação:

	31/12/2018	Impacto da reapresentação	31/12/2018 (reapresentado)
Ativo não circulante			
Ativo financeiro	179.218	179.218	-
Intangível	581.609	(179.218)	760.827

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

3.4. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil fiscal dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 50 anos;
- Móveis e utensílio: 10 anos;
- Equipamentos: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 5 anos;
- Equipamentos pesados: 4 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Ferramentas: 5 anos.

3.6. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil fiscal.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.8. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

3.9. Benefícios a empregados

A Companhia dispõe de um Plano de Demissão Voluntária, onde garante ao colaborador o pagamento de todas as verbas rescisórias que tem direito, dispensa do cumprimento e pagamento de aviso prévio, indenização de 80% do valor base do FGTS para fins rescisórios, convênio com plano de saúde médico-hospitalar ao colaborador e a um dependente, desde que o dependente já se encontre incluído no plano, por um ano a partir da data de desligamento, com pagamento da contrapartida pela Companhia na mesma proporção antes da efetivação do desligamento e auxílio alimentação por um ano a partir da data de desligamento, com pagamento pelo empregado da proporção descontada antes da efetivação do desligamento.

3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.13. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	4.328	2.800
	<u>4.328</u>	<u>2.800</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

5. Aplicações financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A.	4.461	8.150
Caixa Econômica Federal	5.913	15.881
Banco Itaú S.A.	112	81
	<u>10.486</u>	<u>24.112</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

As cotas de fundo de investimento classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado. Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para a conclusão do ativo intangível (sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programa).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 21.

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de água e esgotos	142.697	152.286
Serviços incorridos e não faturados	12.943	12.780
Outros serviços	24.342	26.445
	<u>179.982</u>	<u>191.511</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	(95.315)	(97.407)
	<u>84.667</u>	<u>94.104</u>

Provisão para perdas esperadas

A Companhia mensura sua provisão para perdas esperadas com base na estimativa de perda para os próximos 12 meses, conforme CPC 48.

7. Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Material de manutenção e conservação	13.759	10.595
Material de expediente	236	277
	<u>13.995</u>	<u>10.872</u>

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	31/12/2019	Reconhecidos no resultado	31/12/2018
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	4.169	(1.785)	5.954
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	12.633	3.856	8.777
Outras adições	284	(1.173)	1.457
Prejuízo fiscal do imposto de renda	3.613	(5.480)	9.093
Base negativa da contribuição social	-	(129)	129
	<u>20.699</u>	<u>(4.711)</u>	<u>25.410</u>

Com base na estimativa do Plano de Negócio, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contratuais perdas. As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de impostos - corrente

Reconciliação taxa efetiva

	31/12/2019		31/12/2018	
	%	R\$	%	R\$
Resultado antes dos impostos	-	106.695	-	118.158
Juros sobre o capital próprio	-	(42.390)	-	(49.376)
		<u>64.305</u>		<u>68.782</u>
Imposto pela alíquota fiscal	(34,00)	(21.864)	(34,0)	(23.386)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	34,09	21.920	10,78	7.417
Adições/exclusões permanentes	(28,92)	(18.595)	(1,36)	(937)
	<u>28,83</u>	<u>(18.539)</u>	<u>24,58</u>	<u>(16.906)</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldos em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo						
Terrenos	-	4.201	154	7	-	4.362
Edificações	2	36.331	259	-	(14)	36.576
Móveis e utensílios	10	7.849	379	-	(153)	8.075
Equipamentos	10	9.862	246	57	(922)	9.243
Veículos	20	22.749	2.980	-	(509)	25.220
Equipamentos pesados	25	14.942	1.761	-	(1.092)	15.611
Computadores	20	8.256	79	-	(585)	7.750
Ferramentas/ferramental	20	363	-	-	(22)	341
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	9.034	3.946	(1.807)	-	11.173
		<u>113.593</u>	<u>9.804</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(3.297)</u>	<u>118.357</u>
Depreciação						
Edificações		(5.956)	(727)	-	9	(6.674)
Móveis e utensílios		(3.769)	(690)	-	146	(4.313)
Equipamentos		(5.421)	(757)	-	727	(5.451)
Veículos		(16.865)	(2.099)	-	508	(18.456)
Equipamentos pesados		(12.195)	(932)	-	1.092	(12.035)
Computadores		(5.932)	(764)	-	563	(6.133)
Ferramentas/ferramental		(236)	(35)	-	23	(248)
		<u>(50.374)</u>	<u>(6.004)</u>	<u>-</u>	<u>3.068</u>	<u>(53.310)</u>
		<u>63.219</u>	<u>3.800</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(229)</u>	<u>65.047</u>

O montante de transferência de R\$ 1.807 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o ativo intangível.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldos em 01/01/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2019
Custo						
Terrenos	-	4.362	-	-	-	4.362
Edificações	2	36.576	-	56	(159)	36.473
Móveis e utensílios	10	8.075	299	-	(123)	8.251
Equipamentos	10	9.243	1.213	15	(98)	10.373
Veículos	20	25.220	4.282	-	(1.546)	27.956
Equipamentos pesados	25	15.611	2.561	-	(547)	17.625
Computadores	20	7.750	39	-	(23)	7.766
Ferramentas/ferramental	20	341	-	-	-	341
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	11.173	1.732	(4.941)	-	7.964
		<u>118.357</u>	<u>10.126</u>	<u>(4.870)</u>	<u>(2.496)</u>	<u>121.117</u>
Depreciação						
Edificações		(6.674)	(731)	-	59	(7.346)
Móveis e utensílios		(4.313)	(699)	-	107	(4.905)
Equipamentos		(5.451)	(943)	-	266	(6.128)
Veículos		(18.456)	(2.155)	-	1.546	(19.065)
Equipamentos pesados		(12.035)	(1.200)	-	368	(12.867)
Computadores		(6.133)	(610)	-	23	(6.720)
Ferramentas/ferramental		(248)	(34)	-	-	(282)
		<u>(53.310)</u>	<u>(6.372)</u>	<u>-</u>	<u>2.369</u>	<u>(57.313)</u>
		<u>65.047</u>	<u>3.754</u>	<u>(4.870)</u>	<u>(127)</u>	<u>63.804</u>

O montante de transferência de R\$ 4.941 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o ativo intangível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Intangível

	Saldos em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	502.933	16.633	54.824	(12.502)	561.888
Sistemas de esgotamento sanitário	273.751	12.924	10.886	(334)	297.227
Subvenções recebidas	(20.557)	(16.084)	965	-	(35.676)
	<u>756.127</u>	<u>13.473</u>	<u>66.675</u>	<u>(12.836)</u>	<u>823.439</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(216.377)	(17.585)	-	11.458	(222.504)
Sistemas de esgotamento sanitário	(55.960)	(8.184)	-	239	(63.905)
	<u>(272.337)</u>	<u>(25.769)</u>	<u>-</u>	<u>11.697</u>	<u>(286.409)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	128.991	55.297	(54.078)	-	130.210
Sistemas de esgotamento sanitário	80.557	27.662	(10.067)	(980)	97.172
Subvenções recebidas	(3.862)	(703)	-	980	(3.585)
	<u>205.686</u>	<u>82.256</u>	<u>(64.145)</u>	<u>-</u>	<u>223.797</u>
	<u><u>689.476</u></u>	<u><u>69.960</u></u>	<u><u>2.530</u></u>	<u><u>(1.139)</u></u>	<u><u>760.827</u></u>
	Saldos em 01/01/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2019
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	561.888	16.935	7.425	(2.340)	583.908
Sistemas de esgotamento sanitário	297.227	14.679	4.954	(156)	316.704
Subvenções recebidas	(35.676)	(15.597)	1.396	-	(49.877)
	<u>823.439</u>	<u>16.017</u>	<u>13.775</u>	<u>(2.496)</u>	<u>850.735</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(222.504)	(18.426)	-	1.911	(239.019)
Sistemas de esgotamento sanitário	(63.905)	(8.553)	-	101	(72.357)
	<u>(286.409)</u>	<u>(26.979)</u>	<u>-</u>	<u>2.012</u>	<u>(311.376)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	130.210	59.464	(7.352)	-	182.322
Sistemas de esgotamento sanitário	97.172	66.528	(157)	-	163.543
Subvenções recebidas	(3.585)	-	-	-	(3.585)
	<u>223.797</u>	<u>125.992</u>	<u>(7.509)</u>	<u>-</u>	<u>342.280</u>
	<u><u>760.827</u></u>	<u><u>115.030</u></u>	<u><u>6.266</u></u>	<u><u>(484)</u></u>	<u><u>881.639</u></u>

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil fiscal dos bens.

O montante líquido de transferência é de R\$ 6.266, sendo que R\$ 4.870 é para "Imobilizado" e R\$ 1.396 para "Receita de Subvenção para Investimento".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de serviços e materiais - (a)	23.922	20.275
Empreiteiros - (b)	17.894	13.642
	<u>41.816</u>	<u>33.917</u>

- a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais;
- b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	12.622	167.609	11.118	121.425
Banco do Brasil S.A.	-	-	70	-
Banco do Brasil/FCO	298	535	300	828
	<u>12.920</u>	<u>168.144</u>	<u>11.488</u>	<u>122.253</u>

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants).

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	2019	2018	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	-	174	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	-	236	CAIXA	300	Mai de 2019
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	138	1.744	CAIXA	300	Jan de 2020
24397-60	Prosanear Dourados SAA/ESG	UPR juros 6% a.a.	21	101	CAIXA	300	Mar de 2020
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	2.202	3.361	CAIXA	120	Set de 2021
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	449	490	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	661	722	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	919	1.003	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	744	809	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	2.443	2.589	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.092	9.518	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	1.719	1.839	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	3.834	4.070	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.325	7.777	CAIXA	240	Fev de 2031
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	15.220	15.489	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	840	879	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Prog San Todos Itaquiraí Água	UPR juros 6% a.a.	1.729	1.809	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	2.229	2.330	CAIXA	240	Out de 2033
376945-45	Prog San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	4.151	4.329	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	3.552	3.704	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	10.575	7.883	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Prog San Todos Três Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	22.938	17.056	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Prog San Todos Dourados Água	UPR juros 6% a.a.	53.525	43.660	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Prog San Todos Amambai Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.847	5	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Prog San Todos Bataiporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.384	2	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Prog San Todos Guia L. Laguna Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.993	4	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Prog San Todos Paranaíba Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.176	4	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Prog San Todos Jardim Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.103	3	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Prog San Todos Sidrolândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.080	8	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Prog San Todos Paranhos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.945	1	CAIXA	264	Jun de 2040
505705-24	Prog San Todos Ribas R.Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.353	2	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Prog San Todos Chapadão Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.304	4	CAIXA	268	Out de 2040
505695-07	Prog San Todos Maracaju Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.576	2	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Prog San Todos Antonio João Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.038	2	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Prog San Todos Ponta Porã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.114	4	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Prog San Todos Naviraí Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.888	7	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Prog San Todos Nova Andradina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.734	10	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Prog San Todos Aquidauana Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.922	4	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Prog San Todos Terenos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	215	-	CAIXA	247	Fev de 2029
478850-92	Prog San Todos Bonito Água	UPR juros 6% a.a.	1	-	CAIXA	218	Jan de 2036
40/00712-X	Finame	6% a.a.	-	70	B.Brasil	18	Out de 2019
260901624	FCO	11,26% a.a.	827	1.119	B.Brasil	54	Out de 2022
	Juros incorridos a vencer		1.258	918			
	Total da dívida		<u>181.064</u>	<u>133.741</u>			
	Circulante		12.920	11.488			
	Não circulante		168.144	122.253			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
21.770	20.222	19.416	18.875	87.861	168.144

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Encargos sociais a recolher	3.656	3.588
Ordenados e salários a pagar	4.529	4.527
Participação no resultado	2.946	2.198
Provisão de férias e encargos sociais	13.632	13.121
	<u>24.763</u>	<u>23.434</u>

14. Juros sobre capital próprio

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 42.390, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, foi encaminhada à Assembleia Geral de Acionista para aprovação e está assim disposta: Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 42.352 e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul R\$ 38, de forma proporcional a sua participação no Capital Social.

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Longo Prazo (TLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

15. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	31/12/2019	31/12/2018
Ações fiscais - (a)	-	5.324
Ações cíveis - (b)	7.483	7.620
Ações trabalhistas - (c)	4.778	4.567
	<u>12.261</u>	<u>17.511</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

- a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/PASEP e COFINS. Essas diferenças foram contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. A provisão que vinha sendo mantida no valor de R\$ 5.324, foi estornada em 2019 por consequência do trânsito em julgado do processo em junho de 2019;
- b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
- c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 118.730 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 79.181 em 2018).

16. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2019, não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.710 (R\$ 1.147 em 2018) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 662.426 (R\$ 650.000 em 2018), e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2018).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

- Reserva legal - constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 40.466 (R\$ 36.294 em 2018);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Reserva para investimentos - destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social. Está sujeita à aprovação na próxima Assembleia Geral que ocorrerá até abril 2020, o montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 106.383 (R\$ 70.896 em 2018).;
- Reserva de Incentivo Fiscal - constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.264 (R\$ 3.867 em 2018).

18. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018	30/09/2018
Serviço de abastecimento de água			
Residencial	377.848	348.220	257.131
Comercial	38.451	34.831	25.675
Industrial	1.379	2.637	1.973
Órgãos públicos	54.767	46.994	34.764
Outras receitas dos serviços de água	31.955	25.900	22.303
	<u>504.400</u>	<u>458.582</u>	<u>341.846</u>
Serviços de esgoto			
Residencial	75.354	66.590	48.779
Comercial	15.611	14.412	10.612
Industrial	211	315	237
Órgãos públicos	22.230	17.966	13.259
Outras receitas dos serviços de esgoto	269	298	99
	<u>113.675</u>	<u>99.581</u>	<u>72.986</u>
(-) Deduções da receita			
PIS-PASEP	(10.196)	(9.286)	(6.865)
COFINS	(46.961)	(42.774)	(31.620)
	<u>(57.157)</u>	<u>(52.060)</u>	<u>(38.485)</u>
	<u>560.918</u>	<u>506.103</u>	<u>376.347</u>

19. Custo de operação e manutenção

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(102.688)	(97.583)
Material	(36.083)	(31.825)
Serviços de terceiros	(158.817)	(137.049)
Outros	(3.238)	(2.235)
Amortização do intangível	(26.979)	(25.769)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	14.361	11.549
	<u>(313.444)</u>	<u>(282.912)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(61.063)	(56.797)
Material	(2.201)	(2.122)
Serviços de terceiros	(23.098)	(22.551)
Impostos e contribuições	(593)	(558)
Provisão para perdas esperadas	(39.956)	(39.632)
Reversão de provisões	10.749	42.832
Depreciações	(6.372)	(6.004)
Outros	(7.896)	(7.089)
	<u>(130.430)</u>	<u>(91.921)</u>

21. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, a seguir. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	4.328	2.800
Aplicações financeiras	10.486	24.112
Contas a receber	84.667	94.104
	<u>99.481</u>	<u>121.016</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente, recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os Contratos de Programa. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de reversão dos sistemas de água e esgoto do poder concedente.

Provisão para perdas esperadas

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações contábeis, para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas esperadas, era a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Valores a faturar	12.943	12.780
Valores faturados		
A vencer	51.496	47.278
Vencido de 1 a 30 dias	18.588	15.712
Vencido de 31 a 90 dias	7.665	6.589
Vencido de 91 a 120 dias	2.237	2.166
Vencidos acima de 120 dias	77.680	97.407
	<u>157.666</u>	<u>169.152</u>
Parcelamentos a vencer	9.373	9.579
	<u>179.982</u>	<u>191.511</u>

O movimento na provisão para perdas esperadas em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos vencidos	97.407	87.773
Provisão para redução ao valor recuperável	(2.092)	9.634
	<u>95.315</u>	<u>97.407</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

A companhia avalia a existência, a necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada, a partir de estudo realizado no histórico dos últimos três anos de faturamento e sua perda efetiva, o índice identificado é aplicado como estimativa para os 12 meses prospectivos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores e empreiteiros	41.816	33.917
Empréstimos e financiamentos	181.064	133.741
	<u>222.880</u>	<u>167.658</u>
Circulante	54.736	45.405
Não circulante	168.144	122.253

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	<u>Após 61 meses</u>
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e empreiteiros	41.816	41.816	41.816	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	181.064	181.064	12.920	21.770	20.222	19.416	18.875	87.861

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.328	2.800
Contas a receber	84.667	94.104
Aplicações financeiras	10.486	24.112
Passivos financeiros		
Fornecedores e empreiteiros	41.816	33.917
Empréstimos e financiamentos	181.064	133.741

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes, a que a Companhia está suscetível.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - elevação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Elevação do Índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Elevação do Índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros - Financiamentos	181.064	UPR	6	6	10.864	7,5	13.580	9	16.296
	<u>181.064</u>				<u>10.864</u>		<u>13.580</u>		<u>16.296</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Redução do Índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Redução do Índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros - Financiamentos	181.064	UPR	6	6	10.864	5	8.148	3	5.432
	<u>181.064</u>				<u>10.864</u>		<u>8.148</u>		<u>5.432</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.328	2.800	4.328	2.800
Aplicações financeiras	10.486	24.112	10.486	24.112
Contas a receber e outros recebíveis	84.667	94.104	84.667	94.104
	<u>99.481</u>	<u>121.016</u>	<u>99.481</u>	<u>121.016</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar	45.752	38.647	45.752	38.647
Empréstimos e financiamentos	181.064	133.741	181.064	133.741
	<u>226.816</u>	<u>172.388</u>	<u>226.816</u>	<u>172.388</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

O contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.328	-	-	2.800	-
Aplicações financeiras	10.486	-	-	24.112	-	-
Contas a receber	-	84.667	-	-	94.104	-
	<u>10.486</u>	<u>88.995</u>	<u>-</u>	<u>24.112</u>	<u>96.904</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar	-	-	45.752	-	-	38.647
Empréstimos e financiamentos	-	-	181.064	-	-	133.741
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>226.816</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>172.388</u>

22. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os seguros contratados somente contra terceiros.

24. Aspectos ambientais (não auditado)

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

25. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício	83.446	95.491
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Resultado por ação básico e diluído (Reais)	0,29	0,34

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

26. Eventos subsequente

A Companhia está em processo de abertura de Parceria Público Privada (PPP) de esgotamento sanitário, até a data de 07 de fevereiro de 2019, já estavam cumpridas as etapas de prospecção, estudos de viabilidade e audiência pública, já tendo iniciado ainda a etapa de consulta pública. Para conclusão do processo restam ainda as etapas de formulação do edital, realização de leilão e formalização de contratos.